



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Reexame necessário e apelação cível nº 330260-1 - Comarca de Correntes

Remetente: Juiz de Direito da Vara Única de Correntes.

Apelante: Município de Correntes.

Apelada: Jozineide Lira Pimentel de Vasconcelos.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REJEITADA. MÉRITO. PISO NACIONAL SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. LEI Nº 11.738/2008. APLICAÇÃO DA PROPORCIONALIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EXERCIDA. INOBSERVÂNCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 535/2011 QUANTO AO RESGUARDO DE UM TERÇO DA JORNADA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO PARA ATIVIDADES EXTRACLASSE. PREVISÃO CONTIDA NO § 4º, DO ART. 2º DA LEI Nº 11.738/2008. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DAS HORAS TRABALHADAS EM SALA DE AULA. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO, PREJUDICADO O APELO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Quanto à necessidade de uniformização da matéria reclamada, entende-se a mesma desnecessária, tornando-se incabível a uniformização da jurisprudência deste Sodalício, até porque no julgamento da ADI, foi declarada a constitucionalidade da Lei Federal nº 11.738/2008. Mérito. 2. A apelada é professora municipal, requerendo a condenação da edilidade apelante ao pagamento das diferenças salariais, assim como seus reflexos nas férias e 13º salários, tendo em vista a percepção de vencimentos inferiores ao piso profissional nacional no período de 2009 a 2012. 3. Nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008 o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica é de R\$ 950,00 (valor histórico) mensais, para jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, todavia, os dispositivos indicados devem ser interpretados de forma sistemática com o § 3º do mesmo artigo, que determina o uso da proporcionalidade considerando as demais jornadas de trabalho. 4. Não há como acolher a tese autoral, no sentido de que independentemente da carga horária, os profissionais do Magistério Público da Educação Básica, não devem receber remuneração inferior ao teto previsto na legislação de regência. 5. Do cotejo fático-probatório constante dos autos, observa-se que a parte autora não comprova ter carga horária

semanal de 40 horas e, conforme a Lei Federal nº 11.738/2008, somente ao profissional do magistério com tais horas semanais é assegurado o piso salarial no valor de R\$ 950,00 (valor histórico). 6. O art. 55 da Lei Municipal nº 535/2011 estabelece para o ocupante de cargo de professor da educação infantil e das séries/anos iniciais do ensino fundamental uma jornada de trabalho de 150 horas/aula mensais, sendo 125 horas/aula de efetivo exercício em sala de aula e 25 horas/aula para atividades pedagógicas, estando assim em discrepância com o preceituado no § 4º, do art. 2º, da lei 11.738/2008 que, por sua vez, determina que os entes da federação destaque um terço da jornada de trabalho total para as atividades extraclasse. 7. Apesar da previsão desarmônica da lei municipal, nenhuma prova foi produzida no sentido de demonstrar que a autora permanece efetivamente em sala de aula 125 horas/aula mensais e não somente 25 horas/aula em atividades pedagógicas extraclasse. 8. Para o reconhecimento do direito da autora nos termos fundados na sentença, haveria de existir prova contundente de que a mesma efetivamente tinha jornada de 125 horas em sala de aula, nos termos do art. 333, I, do CPC. 9. Precedentes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça. 10. Reexame necessário provido para julgar improcedente o pleito autoral, invertendo-se o ônus sucumbencial com a suspensividade prevista na norma de gratuidade judiciária de regência, declarando prejudicado o apelo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do reexame necessário e apelação cível nº 330260-1, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão de 18/06/2014, e à unanimidade, em rejeitar a preliminar de necessidade de uniformização de jurisprudência, e no mérito, em dar provimento ao reexame necessário, declarando prejudicado o apelo, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P. R. I.

Recife, 3 de julho de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

214
—

Reexame necessário e apelação cível nº 330260-1 – Comarca de Correntes

Remetente: Juiz de Direito da Vara Única de Correntes.

Apelante: Município de Correntes.

Apelada: Jozineide Lira Pimentel de Vasconcelos.

RELATÓRIO

Cuida-se de reexame necessário e apelação cível diante de sentença que julgou procedente o pleito autoral, condenando a edilidade ao pagamento dos vencimentos e das diferenças salariais a parte apelada por receber valores inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 11.738/08, a serem apuradas em liquidação, desde janeiro de 2009.

Em suas razões de fls. 155/175, a municipalidade não contesta a constitucionalidade da Lei nº 11.738/08 declarada pelo STF, contudo aduz que durante o período pleiteado o piso nacional foi respeitado, de acordo com o entendimento do STF, tendo inclusive nos anos de 2009 e 2010, pagos valores a maior que o determinado pelo piso e durante os anos de 2011 e 2012 foram pagos valores proporcionais a jornadas de trabalho de 100, 150, e 200 horas, respeitado o preconizado pela Lei nº 11.738/08, não havendo reflexos nem tampouco diferentes a serem recebidas, pugnando pela total improcedência da ação de cobrança originária.

Contrariedade às fls. 182/190, pela manutenção da sentença vergastada em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça em manifestação, às fls. 201/209, opinou preliminarmente pela instauração de incidente de uniformização de jurisprudência, e no mérito, pelo improvimento do reexame necessário, prejudicado o apelo.

Autos conclusos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 2 de junho de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Reexame necessário e apelação cível nº 330260-1 - Comarca de Correntes

Remetente: Juiz de Direito da Vara Única de Correntes.

Apelante: Município de Correntes.

Apelada: Jozineide Lira Pimentel de Vasconcelos.

VOTO DA PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Quanto à necessidade de uniformização da matéria reclamada, entendo a mesma desnecessária, uma vez que desconheço posicionamento contrário, tornando-se incabível a uniformização da jurisprudência deste Sodalício, até porque no julgamento da ADI, foi declarada a constitucionalidade da Lei Federal nº 11.738/2008, não configurando a sua edição ofensa ao pacto federativo, sendo devida a criação do piso salarial nacional aos profissionais do magistério público da educação básica, considerando a base do piso salarial profissional dos professores o vencimento e não a remuneração global, vazado nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO. 1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008). 2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador. 3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008 (ADI 4167, Tribunal Pleno, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 23/08/2011).

Desta feita, rejeito a prefacial ora suscitada.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Reexame necessário e apelação cível nº 330260-1 – Comarca de Correntes

Remetente: Juiz de Direito da Vara Única de Correntes.

Apelante: Município de Correntes.

Apelada: Jozineide Lira Pimentel de Vasconcelos.

VOTO DE MÉRITO

A questão meritória devolvida necessariamente ao reexame deste colegiado reside na aplicabilidade pela edilidade apelante do piso nacional da Lei Federal nº 11.738/2008 que dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando o art. 60, III, e, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos da EC nº 53/2006, que modificou o art. 206, VIII, da CF/88.

Depreende-se da inicial que a pelada é professora municipal, requerendo a condenação da edilidade apelante ao pagamento das diferenças salariais, assim como seus reflexos nas férias e 13º salários, tendo em vista a percepção de vencimentos inferiores ao piso profissional estatuído pela Lei Federal nº 11.738/2008, no período de 2009 a 2012.

Para o deslinde da controvérsia, relevante tecer algumas considerações sobre a lei de regência do piso salarial profissional nacional para os professores da educação básica, senão vejamos.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

(...)

Em 27 de abril de 2011, no julgamento da ADI, foi declarada a constitucionalidade da Lei Federal nº 11.738/2008, não configurando a sua edição ofensa ao pacto federativo, sendo devida a criação do piso salarial nacional aos profissionais do magistério público da educação básica, considerando a base do piso salarial profissional dos professores o vencimento e não a remuneração global, como se vê no aresto adiante ementado:

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO. 1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008). 2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador. 3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008 (ADI 4167, Tribunal Pleno, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 23/08/2011).

Ora, da leitura sistemática dos comandos normativos acima em confronto com o princípio constitucional da isonomia, observa-se que a própria ideia de piso fica sempre referenciada a uma determinada jornada de trabalho.

Assim, se no âmbito municipal existem professores com cargas diferenciadas, ou seja, inferiores a 40 h/aulas semanais, é lícito que estes recebam o pagamento do piso salarial proporcional ao tempo trabalhado, contudo aqueles que trabalham 40 horas semanais não poderão ter vencimento base fixados abaixo do teto que, de conformidade com a legislação de regência, em valor histórico era de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Frise-se ainda que a própria Lei Federal nº 11.738/2008 autoriza a redução do piso salarial de conformidade com a jornada de trabalho (art. 2º, §3º), sendo certo que o legislador ordinário não determinou um piso unificado para os profissionais aludidos independentemente da jornada de trabalho, caso contrário, restariam violados aos princípios constitucionais da moralidade e isonomia.

Por outro lado, não há como acolher a tese autoral, no sentido de que independentemente da carga horária, os profissionais do Magistério

Público da Educação Básica, não devem receber remuneração inferior ao teto previsto na lei predita.

Ademais, do cotejo fático-probatório constante dos autos, faço ver que a parte autora não afirma em momento algum que exerce jornada de trabalho de 40 horas aulas semanais, defendendo que o vencimento básico do professor com jornada de no máximo 40 horas semanais de trabalho abrange as jornadas de 20, 25 e 30 horas semanais.

Com efeito, o município apelante, em suas razões, afirma a inexistência de qualquer ilegalidade no vencimento-base da ora apelada, eis que o piso encontra-se proporcional à carga horária de 30 horas semanais trabalhadas, não havendo impugnação de tal assertiva nas contrarrazões.

Ora, se a apelada não tinha jornada de 40 horas semanais, coube à edilidade realizar o pagamento do vencimento base questionado proporcionalmente as horas semanais trabalhadas, conforme fichas financeiras de fls. 11/17.

Por fim, entendeu o juízo de piso em corrigir o sistema estabelecido no âmbito municipal para reconhecer que a jornada base para o cálculo do piso de professor titular com jornada de 150 horas/aula (30 horas semanais), seria, na verdade, de 187,5 horas/aulas, onde 125 horas/aula de efetivo exercício em sala de aula e 62,5 horas, para atividades pedagógicas extraclasse, em conformidade com a proporcionalidade determinada pelo art. 2º, §4º, da Lei Federal nº 11.738/2008 e não às 25 horas, como disposta na Lei Municipal nº 535/2011 em seu art. 55.

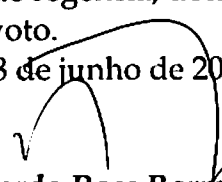
Na hipótese dos autos, penso que apesar da lei municipal prevê uma carga horária de 150 horas/aula mensais de jornada para os professores da rede pública municipal, nenhuma prova foi produzida no sentido de demonstrar que a autora/apelada permanece efetivamente em sala de aula por 125 horas/aula mensais e 25 horas/aula em atividades pedagógicas extraclasse.

Desse modo, para o reconhecimento do direito da autora nos termos fundados na sentença, haveria de existir prova contundente de que aquela efetivamente tinha jornada de 125 horas em sala de aula, nos termos do art. 333, I, do CPC, no sentido posto, vem decidindo a 2ª Câmara de Direito Público desta E. Corte de Justiça (Confirmam-se os precedentes: RNAC nº 330746-6; RNAC nº 330575-7; RNAC nº 335894-7; RNAC nº 330580-8).

Feitas estas considerações, voto pelo provimento do presente reexame necessário, no sentido de julgar improcedente a pretensão de origem, invertendo-se o ônus sucumbencial com a suspensividade prevista na norma de gratuidade judiciária de regência, declarando prejudicado o apelo.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator